

Análise dos impactos socioambientais na reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul

*Patricia Silva Ferreira¹
Charlei Aparecido da Silva²*

RESUMO. A Reserva Indígena de Dourados (RID), com uma população de 15 mil habitantes, é a maior reserva indígena em área urbana do Brasil. Nesta reserva, observa-se uma dinâmica contrastante: enquanto as relações de trabalho são fluidas e porosas, a segregação socioespacial é rígida e marcante. A composição social, demográfica e cultural da RID é resultado da atuação de diversos órgãos indigenistas, que moldam e sustentam as dinâmicas locais. Esses fatores, juntamente com a pressão pelo uso da terra e a expansão urbana, associada às atividades econômicas tradicionais de Mato Grosso do Sul—pecuária e agricultura—intensificam a pressão sobre áreas mais vulneráveis, como a RID.

Palavras-chave: Uso e ocupação das terras; Expansão urbana; Segregação socioespacial

ANALYSIS OF SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE DOURADOS INDIGENOUS RESERVE, MATO GROSSO DO SUL

ABSTRACT. The Dourados Indigenous Reserve (RID), with a population of 15,000 inhabitants, is the largest urban indigenous reserve in Brazil. Within this reserve, a contrasting dynamic is observed: while labor relations are fluid and porous, socio-spatial segregation is rigid and pronounced. The social, demographic, and cultural composition of the RID is the result of the efforts of various indigenous organizations that shape and sustain local dynamics. These factors, combined with land use pressures and urban expansion associated with traditional economic activities in Mato Grosso do Sul—such as cattle ranching and agriculture—intensify the pressure on more vulnerable areas like the RID.

Keywords: Land Use and Occupation; Urban Expansion; Socio-Spatial Segregation

Introdução

As Terras Indígenas (TIs) são territórios demarcados que visam garantir o direito dos povos indígenas às suas terras, seu sustento e sua organização social (BRASIL, 1988). Durante muito tempo as terras indígenas não foram consideradas como áreas protegidas, no sentido semântico do termo (FERREIRA e SILVA, 2024). O seu reconhecimento só culminou a partir da política de demarcação dessas áreas, sendo mais efetivo com a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a decorrente instituição do Estatuto do Índio, em 1973, ainda que desde o início do século XX, era uma ideia latente com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Dessa forma, as políticas públicas que visam garantir e assegurar os direitos indígenas são deveras recentes.

Mato Grosso do Sul é um estado indígena, não pela densidade demográfica, mas pela quantidade de povos indígenas que nele habitaram (PEREIRA e CHAMORRO, 2015) e

¹ UFGD, patiferrera@gmail.com

² UFGD, charleisilva@ufgd.edu.br

desenvolveram sua maneira de ser e viver. Na atualidade, é o segundo maior estado do Brasil em população indígena. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), do total de 2,4 milhões da população sul-mato-grossense, 61.737 pessoas são indígenas, presentes em 29 municípios abrangendo oito etnias (Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató) e habitam em 48 terras indígenas.

É um estado de “múltiplos ethos culturais” (VIEIRA, 2010, p.12) também marcado por ser uma região de fronteiras. A faixa de fronteira no Mato Grosso do Sul abrange 143 mil km², o que corresponde a 40% da área territorial do estado. Dos 79 municípios, 45 são designados como municípios fronteiriços. A faixa de fronteira abrange e abriga a maior concentração de povos indígenas do estado, divididos em vários grupos étnicos e detentores de uma vasta diversidade sociocultural. Os municípios da faixa de fronteira estão sob legislação específica para áreas de segurança nacional (Lei N° 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto N° 85.064/1980) (BRASIL, 1980).

Terras Indígenas: reflexões sobre direitos, desafios e conservação

A dinâmica instaurada durante o período de ocupação do Estado teve consequências profundas para este território, refletindo-se, sobretudo, na persistente violência no campo, que ressoa como um triste eco até os dias atuais (FERREIRA e SILVA, 2023b). Segundo dados do IBGE, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta um elevado número de casos de violação dos direitos humanos das populações indígenas, com repercussões tanto nacionais quanto internacionais. Essas violações estão frequentemente associadas à discriminação, ao racismo e ao assassinato, sendo temas recorrentes na mídia.

Os conflitos envolvendo as populações indígenas, assim como as questões agrárias, estão intrinsecamente ligados aos processos históricos de ocupação territorial. As disputas que envolvem os povos indígenas, tanto na defesa de seus territórios quanto na tentativa de recuperar áreas de ocupação tradicional, permanecem intensas e revelam a complexidade das reivindicações territoriais no contexto histórico e contemporâneo.

O estado de Mato Grosso do Sul tem adquirido notoriedade tanto a nível nacional como internacional devido à intensidade com que a problemática indígena se manifesta na região. Essa situação é resultado, sobretudo, em razão da considerável oposição por parte dos proprietários rurais ao processo de demarcação de terras, o que tem colocado o estado em uma posição de destaque no cenário nacional no que diz respeito a incidentes violentos e homicídios direcionados às comunidades indígenas (MIZUSAKI, 2011) (Figura 1).

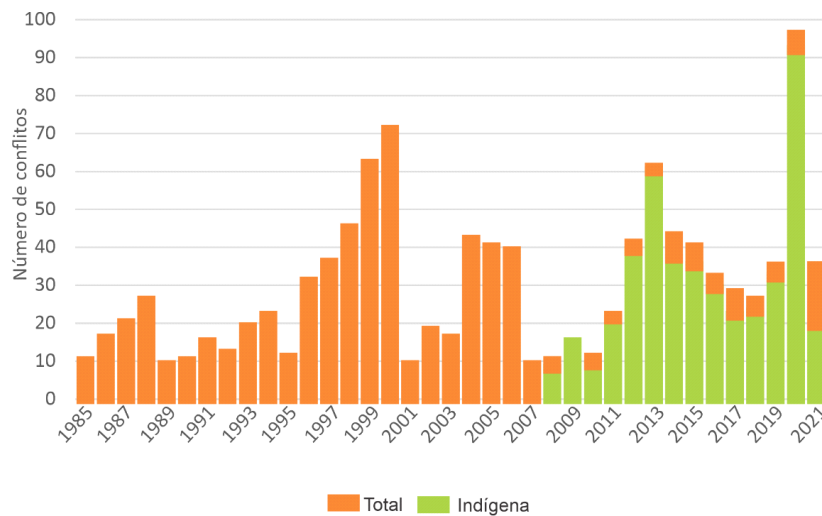


Figura 1. Conflitos por terra no Mato Grosso do Sul entre 1985 e 2021

Fonte: CPT (1985; [...]; 2021)

Elaborado e organizado pelos autores

Nesse processo, o Estado desempenhou o papel de principal agente. As políticas implementadas pelo governo nacional, voltadas para o povoamento da região e para a criação de mecanismos que impulsionassem a economia, pautada no agronegócio, facilitaram a posse e a concentração fundiária, resultando em disputas de diversas ordens nesse território.

Consequentemente, essa área de fronteira transformou-se em uma zona de constante tensão e atrito, culminando em conflitos com as populações tradicionais e posseiros, ao mesmo tempo em que forjou, no contexto dessas disputas, o fenômeno do coronelismo guerreiro (CORRÊA, 2014).

Com o avanço das frentes agropastoris e a instalação dos primeiros empreendimentos agropecuários no estado, o SPI, órgão indigenista oficial que atuou entre 1910 e 1967, estabeleceu oito pequenas reservas indígenas³ destinadas aos povos Guarani e Kaiowá (BRAND, 1993). A criação da Reserva Indígena de Dourados (RID), demarcada em 1917 pelo SPI, assim como as demais reservas estabelecidas na primeira metade do século XX no então estado de Mato Grosso, foi planejada como um espaço de recolhimento para os indígenas que já haviam perdido, ou que estariam prestes a perder, seus territórios de ocupação tradicional para as frentes de expansão agropastoris.

É nesse contexto que emergem os intensos conflitos, sobretudo de natureza fundiária, que continuam a ser vivenciados nesta região até os dias atuais (FERREIRA e SILVA, 2023a). Essa breve contextualização revela que a luta pela identidade e pelos direitos dos povos indígenas constitui um exercício pleno, em que a resistência começa no próprio ato de existir.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi analisar os impactos socioambientais na Reserva Indígena de Dourados a partir de cenários de uso e ocupação temporal.

³ Entre 1915 e 1928 o SPI demarcou oito reservas indígenas para abrigar os povos guarani e kaiowá que ocupavam o sul do estado do que é hoje sul de Mato Grosso do Sul, são elas: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí (BRAND, 1993).

Materiais e Métodos

Atualmente, com cerca de 18 mil habitantes a RID é a maior reserva indígena em área urbana do país. Localizada a 4 km do centro de Dourados (Figura 2), município com uma população de 243.368, segundo o Censo IBGE (2023), a segunda maior população do estado de Mato Grosso do Sul.

A metodologia empregada pautou-se no uso de técnicas de sensoriamento remoto associado a utilização de imagens por levantamento de drone. Essa abordagem inclui algumas vantagens como a alta resolução espacial das imagens obtidas, a rapidez e o baixo custo envolvidos na aquisição de dados e informações e a capacidade de monitorar áreas de difícil acesso.

Além disso, o uso combinado dessas tecnologias permite uma maior precisão na identificação e classificação dos diferentes usos da terra, bem como, a identificação de impactos ambientais negativos, a detecção de mudanças e tendências ao longo do tempo, a análise de cenários temporais e espaciais.

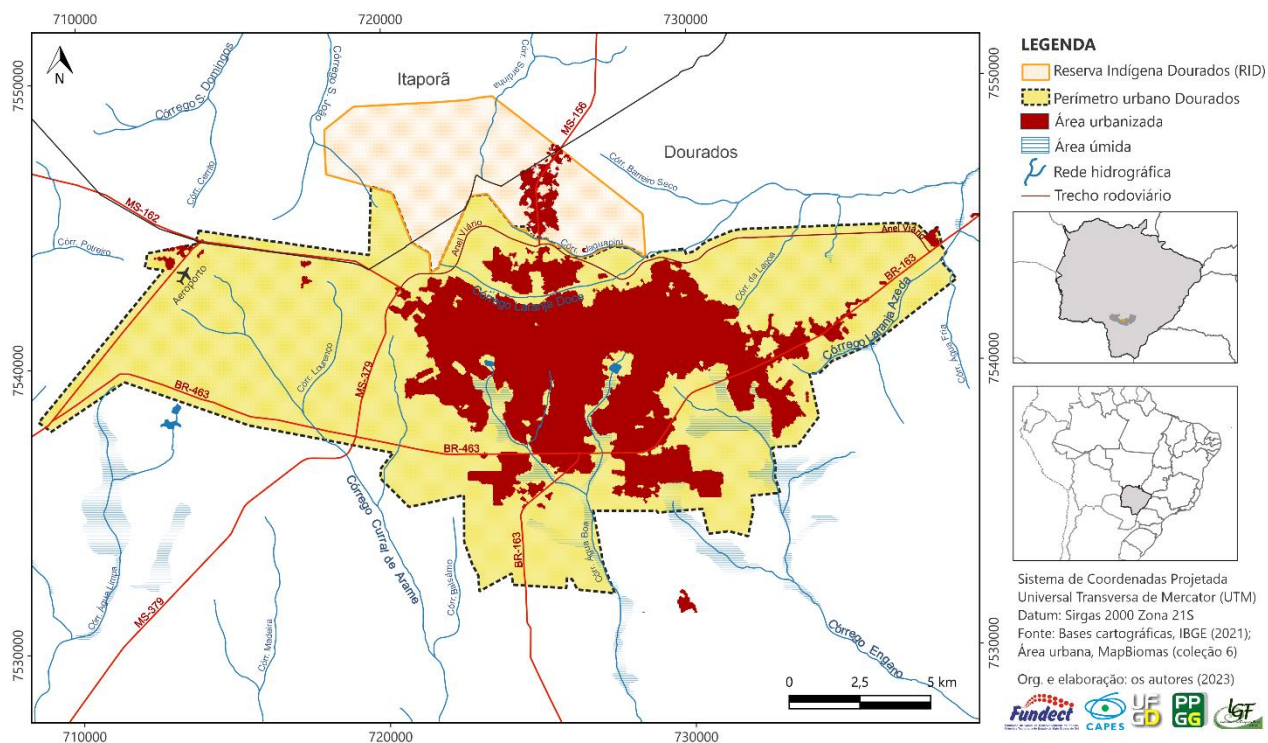


Figura 2. Localização da área de estudo, a Reserva Indígena de Dourados e o atual perímetro urbano da cidade

As informações de uso e cobertura das terras para a área de estudo foram extraídas do banco de dados do projeto MapBiomas coleção 6, obtidos a partir de imagens do satélite Landsat e disponibilizadas no formato *geotiff* com 30 metros de resolução espacial. Posteriormente ao tratamento dos dados, seguiu-se para extração das informações referente a área ocupada por cada classe temática nos cenários de 1985 e 2021. O *software* utilizado para manipulação das imagens foi o ArcGIS 10.6.1, no qual realizou-se o mosaico e a reamostragem para o sistema de referência SIRGAS 2000.

Na fase operacional de levantamento em campo, foi necessário fazer a coleta de pontos de apoio por aparelho GNSS, sendo estes pontos de controle e verificação que servirão como referência em solo para o processamento de imagens aéreas. Os voos foram realizados com controle do software desenvolvido pela DJI (2020).

Nessa fase, procura-se exercitar a prática de articular dados, informações de interpretação visual das cartas-imagem e as nuances observadas em campo durante os voos. A elaboração das cartas-imagem são fundamentais para realizar com eficiência os voos e o plano definido, garantindo a cobertura total da área de estudo e a captação das imagens desejadas. Para este estudo de caso, as imagens utilizadas foram obtidas a partir do projeto de mapeamento global fomentado pela Noruega, o *Norway's International Climate & Forests Initiative* (NICFI), que disponibiliza imagens Planet de alta resolução espacial (<5m) e de forma gratuita, possuindo a área de cobertura toda a faixa dos trópicos.

Resultados e Discussões

Na Reserva Indígena de Dourados (RID), a intervenção indigenista foi orientada por uma política de atração que incentivou o deslocamento em massa de populações indígenas de outras aldeias e/ou reservas para a RID, como exemplifica o caso dos Terena (PEREIRA, 2015).

Em termos político-administrativos, desde meados da década de 1960, a RID foi subdividida em duas aldeias: Jaguapirú e Bororó. A aldeia Bororó é reconhecida por ser liderada por representantes da etnia Kaiowá, enquanto a aldeia Jaguapirú é predominantemente dirigida por lideranças da etnia Terena. Essa divisão representa uma questão sensível e complexa nas relações interétnicas dentro da Reserva.

A proximidade com a estrutura do município foi um fator preponderante na configuração demográfica, política e cultural atual dessa reserva indígena (PEREIRA, 2015), uma vez que no decorrer do tempo a cidade foi se expandindo em direção a reserva e essa condição facilitou a atuação de diversas organizações comunitárias nacionais, incluindo ONGs indigenistas, organizações filantrópicas, universidades, secretarias estaduais e municipais, missões religiosas, igrejas pentecostais, entre outras.

Ressalta-se aqui ainda sobre essa questão, que as intervenções na RID acabam por não incluir a participação da população indígena, ainda que diretamente afetados pela implementação destes empreendimentos, como o asfaltamento e consolidação como anel viário da MS-156 que corta a RID e se constitui na principal via de fluxo em direção às cidades de Dourados e Itaporã.

A partir da análise da Figura 3, pode-se observar dois movimentos pendulares distintos: um de caráter mais permanente, relacionado à expansão da malha urbana e das infraestruturas fixas associadas a ela; e outro de natureza mais dinâmica, que se manifesta nas áreas destinadas ao cultivo de soja e milho e à criação de gado. Nesse contexto, áreas de cultivo de soja foram substituídas por loteamentos, e pastagens foram convertidas em áreas de cultivo de soja e milho. Em síntese, ambos os movimentos conduzem ao mesmo resultado: a marginalização social e econômica das populações indígenas.

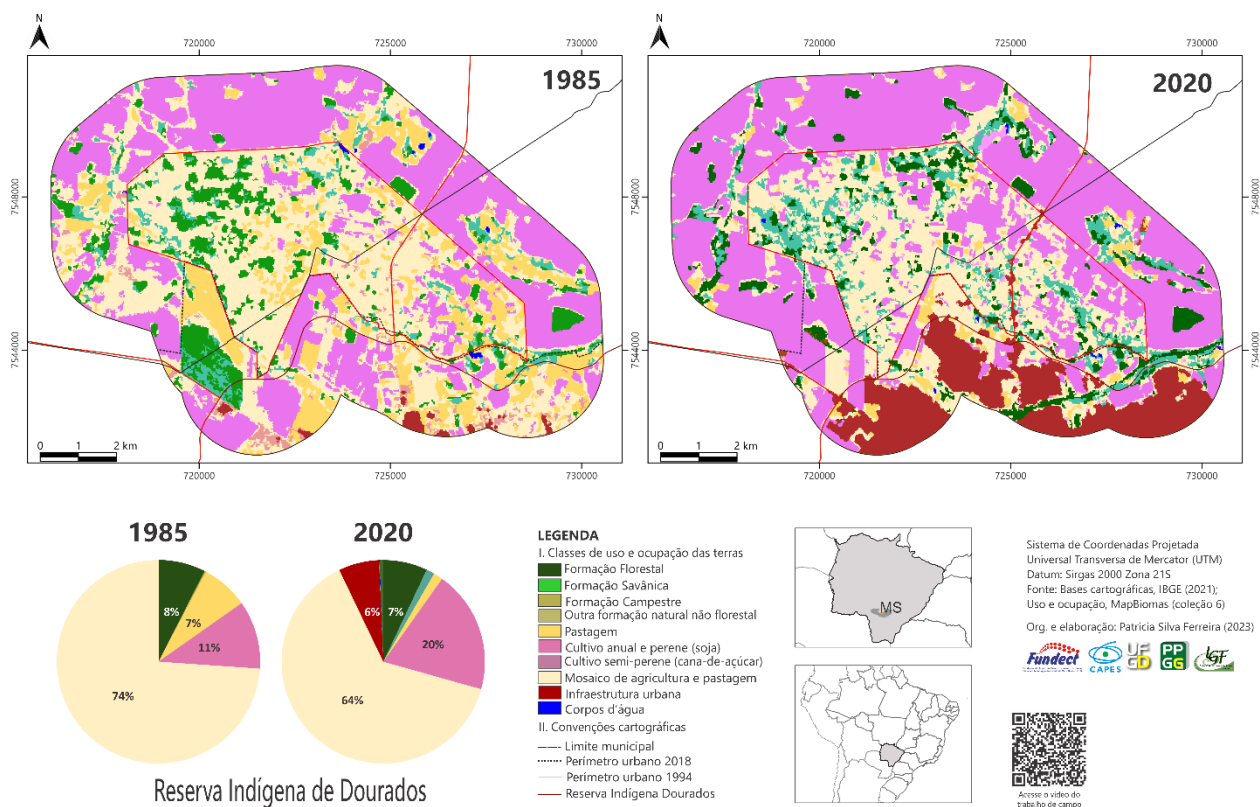


Figura 3. Cenários temporais de uso e ocupação das terras na RID e em seu entorno – compreendendo um buffer de 3 km.

A nosso ver, a pressão e os conflitos resultantes do confronto entre indígenas e agricultores recebem maior atenção midiática devido à violência e às fatalidades associadas a esses episódios, como exemplificado pelo ataque ocorrido em fevereiro de 2022 nas áreas de retomada próximas à Reserva Indígena de Dourados (RID), conforme relatado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (CIMI, 2022). Em contraste, a segregação socioespacial provocada pela expansão urbana constitui um conflito mais velado, uma realidade marginalizada; o concreto da expansão urbana cria uma divisão que torna o “outro lado do muro” invisível e socialmente vulnerável.

À medida que a malha urbana se expande pelo território, ela se confronta com a área delimitada da RID, o que desencadeia uma série de problemas sociais diversos e intensifica a desigualdade social por não amparar a comunidade ao acesso adequado a serviços básicos como água potável, saneamento, saúde e educação.

Em entrevista, o líder indígena terena e membro do Conselho de Saúde Indígena de Dourados, Fernando Souza, aponta “o condomínio tem asfalto, polícia, coleta de lixo. Mas, ao atravessar a rua, não tem nada disso” (DALLABRIDA, 2020). Na região norte do perímetro urbano, limite com a RID, houve a implantação de vários condomínios de luxo nos últimos anos (Figura 4).

Em 2016, a área indicada na Figura 4(a), localizada ao lado da Reserva Indígena de Dourados (RID) e imediatamente adjacente a uma área residencial, além de estar próxima a condomínios de classe alta, foi ocupada por indígenas. Após a retirada das famílias indígenas, a área desocupada foi delimitada por um muro.

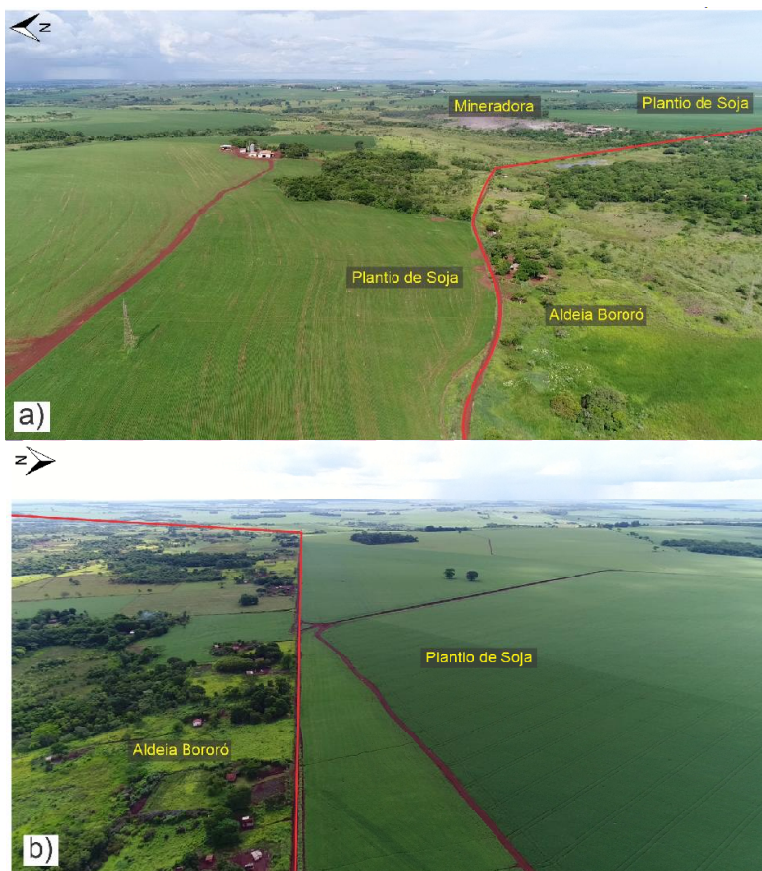


Figura 4. Imagens aéreas capturadas da porção central da RID (dez/2022): (a) à esquerda a RID, o anel viário no centro e a direita grandes bairros residenciais; (b) condomínio de luxo mais recentemente implantado (Hectares Park e Resort) na parte inferior da imagem e a RID no canto superior; (c) Foto com inscrito “Viva a luta dos guarani-kaiowá! Autodemarcação já!” no muro do condomínio indicado na figura 5(b) (Fonte: Silva, 2019)

Concomitante, o município de Dourados apresenta uma dinâmica produtiva pujante, conciliando áreas de plantio e expansão da soja (como visto na Figura 3 de uso e ocupação das terras) e a atuação de empresas esmagadoras de grãos, consolidando-o como grande centro de articulações comerciais do agronegócio para essa região.

Devido ao fato de a soja ser um produto destinado exclusivamente à comercialização, a produção desse cultivo no interior da RID é economicamente inviável, uma vez que os agricultores enfrentam a limitação de áreas extensas e a baixa capacidade de investimento.

Para mitigar os obstáculos que os indígenas poderiam impor ao "desenvolvimento" e evitar que reivindicassem áreas adjacentes ao limite da reserva, os produtores rurais das regiões circunvizinhas optam por integrar, sempre que possível, os indígenas à produção. Esse processo, contudo, acirra os conflitos internos e provoca a desintegração social das famílias e redes sociais que sustentam seus núcleos organizativos. Tal estratégia é eficaz para dissociar o receio de "invasões e reivindicações" por parte dos indígenas (Figura 5).



Acesse o vídeo deste trabalho de campo completo

Figura 5. Imagens aéreas de dezembro de 2022 da porção norte da área de estudo, na divisa das aldeias Jaguapiru e Bororó: a) área de especialização da soja e próxima da área da mineradora Santa Maria, (b) mesma área, mas vista da esquerda para direita, grandes extensões de terra com monocultivo da soja.

Diferente das áreas protegidas classificadas como Unidades de Conservação, as terras indígenas não possuem uma “zona de amortecimento” em que esses empreendimentos sejam exigidos a uma compensação socioambiental, como a criação de parques e áreas de lazer para amenizar a segregação espacial e promover algum serviço de bem-estar social a populações vulneráveis que vivem nas imediações. Portanto, apesar de residirem no interior de uma terra indígena, os indígenas pouco conseguem sobreviver dela.

A Figura 6 representa o produto cartográfico obtido por meio da interpretação de imagens de satélite e imagens aéreas capturadas por drone, além das observações realizadas durante trabalhos de campo. Esta análise envolveu uma avaliação minuciosa das informações em um nível de detalhamento adequado à escala do estudo aplicado, como parte das investigações conduzidas no âmbito deste estudo. Esse processo permitiu uma nova abordagem na representação e delimitação dos tipos de uso e ocupação, bem como na identificação dos principais impactos socioambientais dentro da Reserva Indígena de Dourados e em seu entorno.

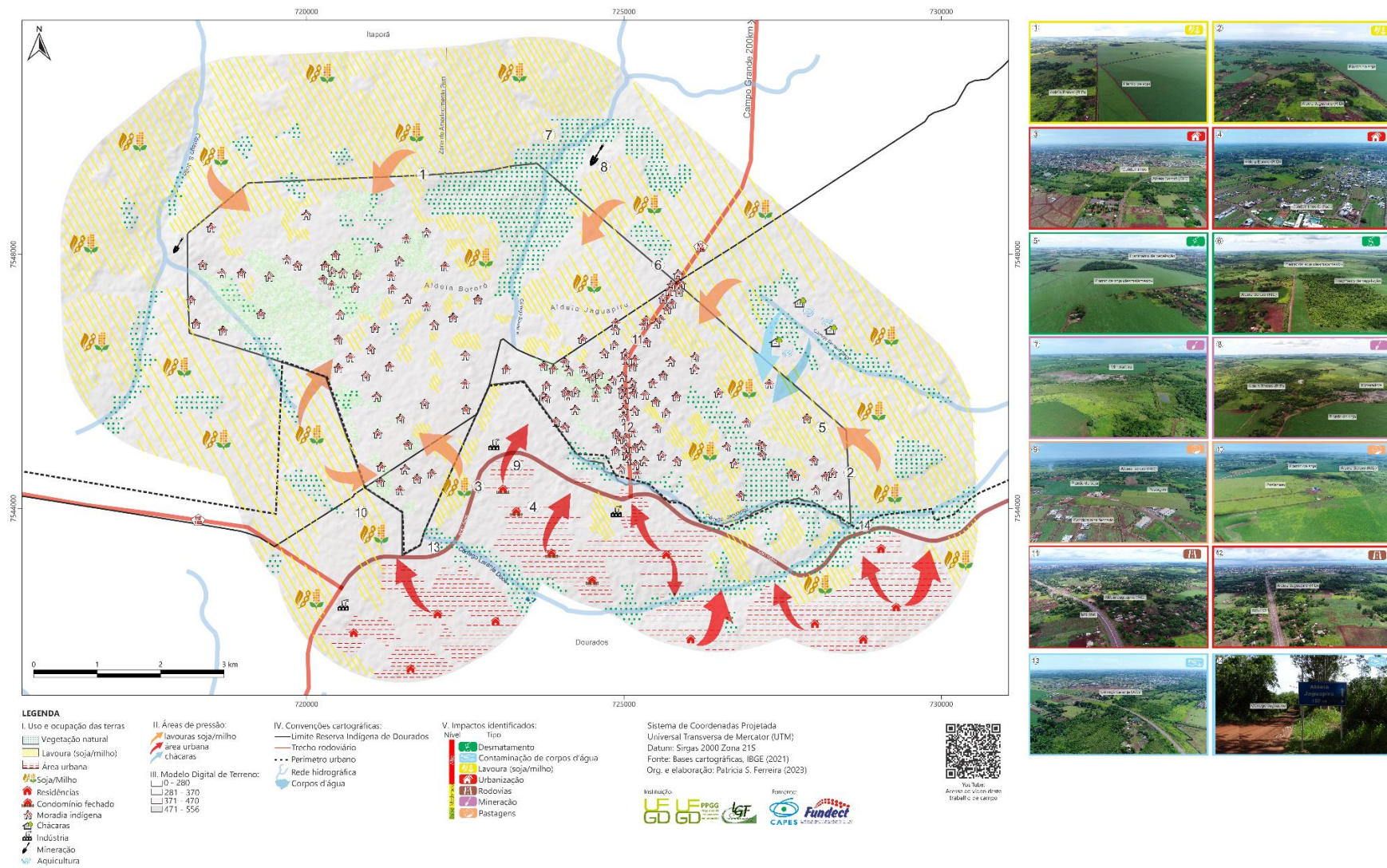


Figura 6. Uso e ocupação da Reserva Indígena de Dourados e principais impactos socioambientais identificados

Paralelamente ao processo de regularização das terras indígenas, há uma necessidade urgente na promoção de ações destinadas a tornar sustentável a vida nas reservas indígenas. Circunscrever essas populações em uma ínfima parcela de terra sem recursos, as impede de reproduzir seu modo de vida.

Conforme destacado por Mota (2019, p. 273), "o muro demarca os desafios e obstáculos explícitos que os indígenas enfrentam diariamente entre o lado de lá (a cidade) e o lado de cá (a Reserva e também acampamentos) da fronteira". Apesar desse contexto adverso, os indígenas continuam a demonstrar resistência e capacidade de adaptação. Portanto, é crucial reconhecer o protagonismo indígena e suas diversas formas de expressão, que remodelam o espaço e as interações com a cidade.

Considerações Finais

Os resultados indicam que, devido à sua localização em áreas de fácil acesso, particularmente as Reservas estabelecidas SPI com o propósito de facilitar visitas, essas áreas sofrem pressões mais intensas. Essas pressões incluem conflitos fundiários, questões de segregação socioespacial urbana, arrendamento de terras para atividades agrícolas, disputas relacionadas aos recursos hídricos e ao solo, bem como preocupações acerca da segurança do direito de livre circulação das comunidades remanescentes.

O futuro das comunidades indígenas, assim como a integridade dos recursos naturais nelas existentes, dependerá cada vez mais do contexto territorial, social, econômico e cultural em que essas comunidades estão inseridas, bem como das suas relações com os outros territórios e as estruturas que agora estão cada vez mais interligadas.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) pelo financiamento da pesquisa que originou este artigo. O segundo autor agradece ao CNPq pela concessão da bolsa produtividade em pesquisa, interstício 2023-2025.

Referências bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 mar. 2022.

CIMI; ANDES-SN. Retomada Guarani Kaiowá é atacada em Dourados (MS) e indígenas temem novas agressões. Publicado em 09-02-2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/retomada-guarani-kaiowa-e-atacada-em-dourados-mS-e-indigenas-temem-novas-agressoes> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no campo: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

DALLABRIDA, P. Sem água e saneamento, indígenas de Dourados (MS) vivem o “apartheid da Covid”. In: De olho dos Ruralistas, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/18/sem-agua-e-saneamento-indigenas-de-dourados-ms-vivem-o-apartheid-da-covid/>. Acesso em 12 mar. 2024.

DJI. DJI GO. Disponível em: https://www.dji.com/br/goapp?site=brandsite&from=insite_search. Acesso em: 24 abr. 2024.

Ferreira, Patrícia Silva; Silva, Charlei Aparecido da. *Análise dos impactos socioambientais na reserva indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul*. Revista Pantaneira, V. 25, EDIÇÃO ESPECIAL XXIII ENSUL, UFMS, Aquidauana-MS, 2024.

FERREIRA, P. S; SILVA, C. A. A dinâmica de uso da terra em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na fronteira de Antônio João-MS e Paraguai. *Entre Lugar*, v. 14, p. 132-145, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rei.v14i27.16382>. Acesso em 03 ago. 2024.

FERREIRA, P. S; SILVA, C. A. O modelo agroexportador: simetrias e assimetrias na fronteira Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai. In: FERREIRA, P. S; SILVA, C. A. (Orgs.). **Fronteiras, Territórios e Políticas Públicas**. 1ed.Porto Alegre: Totalbooks, 2023b, p. 18-33. Acesso em 08 ago. 2024. Disponível em: [10.52632/978.65.88393.49.9](https://doi.org/10.52632/978.65.88393.49.9). Acesso em 02 ago. 2024.

FERREIRA, P. S; SILVA, C. A. Terras Indígenas e Unidades de Conservação: interfaces e sinergias na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul/ Brasil e Paraguai. *Revista GeoPantanal (UFMS)*, v. 18, p. 95-118, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/geop.v18i35.19703>. Acesso em 02 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MIZUSAKI, M.Y. Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 247-260.

MOTA, J. G. B. Geografias Guarani e Kaiowá nas relações entre a Reserva Indígena e a cidade de Dourados. In: MOTA, J. G. B.; CAVALCANTE, T. L. V. *Reserva Indígena de Dourados: histórias e desafios contemporâneos*. São Leopoldo: Karywa, 2019.

PEREIRA, L. M. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimentos de figurações indígenas multiétnicas. In CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (Orgs). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PEREIRA, L. M.; CHAMORRO, G. Missões Pentecostais na Reserva Indígena de Dourados – RID: origens, expansão e sentidos da conversão. In CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (Orgs). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

VIEIRA, C. M. N. A sociodiversidade indígena no Brasil. In: URQUIZA, A. H. A.; VIEIRA, C. M. N.; SOUZA, I.; VARGAS, V. L. F. *Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010.